

A reforma da Polícia Militar



Cabo Patrício

deputado distrital pelo PT e presidente da Comissão de Segurança da Câmara Legislativa

O BRASIL CONVIVE HOJE com inúmeras cobranças de mudanças nas suas instituições. O povo reclama uma reforma política capaz de aperfeiçoar o sistema político nacional e retirá-lo dos escândalos de corrupção. A sociedade exige reformas no Poder Judiciário com o objetivo de torná-lo instrumento efetivo de combate à impunidade e a criminalidade no país. O Poder Executivo é permanentemente fiscalizado e também com-

brado por menos gastos, mais transparência e maior eficácia nas suas ações.

Não há na opinião da sociedade brasileira instituições do Estado que sejam intocáveis, que não mereçam debates, reflexões e a adoção de propostas de transformações ou mudanças. Os poderes Executivo, Judiciário e Legislativo estão sob um saudável clima de mudanças por mais transparência, eficiência e controle social. Portanto, não há sentido em se manter intocável a estrutura policial brasileira, especialmente a Polícia Militar.

O investimento público nas polícias é crescente. Nunca se comprou tantas viaturas, armamentos, rádios, coletes e outros equipamentos. Mesmo assim, os indicadores da violência não param de crescer. A cada dia as estatísticas apresentadas apontam o aumento da criminalidade, tornando o cotidiano em um campeonato macabro sobre até onde pode chegar a brutalidade e a perversão humana.

Sabe-se que o crime decorre de múltiplos fatores econômicos e sociais. No entanto, os policiais militares percebem que existem condições para melhorar o apar-

to policial para o incremento do combate ao crime. Essa melhoria, seja na eficiência da ação policial ou na eficácia para a frustração da ação criminosa, só será possível com uma verdadeira revolução no âmbito da polícia militar. O modelo de gestão policial centralizador, baseado na concepção militarista de hierarquia e disciplina, reforça as práticas tradicionais e comparimentadas de operação, o que fa-

O investimento público nas polícias é crescente. Mesmo assim, os indicadores da violência não param de crescer

cilita tanto o crescimento como a variedade dos crimes.

O modelo de duas polícias centralizadas, uma civil e outra militar, sustentada numa estratégia passiva de combate à criminalidade, tornou-se uma armadilha perigosa para a nossa população. Não é verdadeira a idéia de que prevenção do crime – largamente

atribuída à Polícia Militar – e a investigação criminal das polícias civis sejam atividades tão diferentes em estrutura, treinamento, pessoal, áreas de operação e valores que demandem organizações completamente diferentes em estrutura e remuneração de pessoas. O Brasil é caso raro no mundo nesse tipo de arranjo.

Nas polícias modernas, as funções de policiamento uniformizado e de investigação devem boa parte de seus êxitos à interpenetração dessas funções, desde a fase de diagnóstico, planejamento até a execução das ações. Estruturas diferentes que atuam no mesmo espaço sobre o mesmo problema tendem a constantes rivalidades. Se há nessas estruturas diferenças de fatores – como salário, prestígio, promoções, relacionamento com governantes e outros –, essas rivalidades tendem a se agravar e a comprometer o desempenho de ambas as organizações. Portanto, integrar as polícias militar e civil é um passo fundamental para assegurar um aparelho policial mais racional e eficaz no combate ao crime.

Um argumento sempre usado contra a unificação das polí-

cias é o da disciplina e o da doutrina militar. Sem hierarquia e sem disciplina devotada, a polícia militar perde sua capacidade de responder prontamente às ordens dos oficiais superiores. Por esse argumento, a doutrina militar é a única capaz de assegurar uma organização menos vulnerável à corrupção e também mais dedicada ao atendimento das necessidades da população. É um argumento frágil e de fácil contestação. Basta lembrar que polícias altamente eficientes como as de Londres, na Inglaterra; ou Nova York, nos EUA; não são militarizadas e nem por isso deixam de obedecer às ordens e cumprirem determinações superiores.

A solução da questão policial, como instrumento de controle da criminalidade, passa pela reforma das estruturas policiais no Brasil. É preciso adotar um formato de polícia única, de caráter estadual, nos moldes das polícias modernas que desenvolvem o ciclo completo do trabalho policial (policiamento ostensivo e investigação). É preciso defender mudanças nas estruturas das polícias para que haja maior e melhor combate ao crime.